



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

O procedimento licitatório obedecerá à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto Municipal nº 09, de 03 de fevereiro de 2020, ao Decreto Federal nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, ao Decreto Municipal nº 012, de 03 de janeiro de 2011, ao Decreto Municipal nº 058 de 30 de dezembro de 2015, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ao Decreto Municipal nº 021, de 01 de junho de 2018, Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como, à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO:**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E UTENSÍLIOS DE COZINHA DESTINADOS ÀS OFICINAS E ATIVIDADES REALIZADAS PELOS PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS, DESENVOLVIDOS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE - CE.**

1.2. A licitação será por **ITEM**, conforme tabela constante neste Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, com modo de **Disputa Aberto**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O local de disputa será no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET - via site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**1.5 LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, EM ATENDIMENTO AO INCISO I DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006.**

1.6. ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria de Assistência Social, Igualdade e Desenvolvimento Social.

1.7. ÓRGÃO PARTICIPANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

**2. DA JUSTIFICATIVA:** A administração visando de atender as necessidades de equipar e manter os referidos prédios públicos e ao mesmo tempo garantir a funcionalidade dos programas e projetos que compõem a Rede SUAS se faz necessária a aquisição de materiais de copa e cozinha, cujo objeto é essencial para garantir a segurança e a eficiência no preparo de alimentos e bebidas. O uso de materiais adequados e de qualidade é fundamental para evitar contaminações e garantir a higiene dos alimentos, o que é essencial para prevenir doenças e garantir a segurança alimentar. Além disso, contar com os utensílios e equipamentos adequados também facilita o trabalho dos funcionários, aumentando a eficiência no preparo dos alimentos. A falta de materiais de copa e cozinha adequados pode resultar em prejuízos financeiros, pois pode haver desperdício de alimentos e tempo, além de aumentar o risco de contaminações, o que pode gerar custos com processos judiciais, indenizações e perda de reputação. Por todas essas razões, a aquisição de materiais de copa e cozinha deve ser considerada como um investimento importante para os estabelecimentos que lidam com a preparação de alimentos e bebidas, garantindo a segurança, a qualidade e a satisfação de todos. Portanto, a aquisição de materiais de copa e cozinha é uma importante medida para garantir a excelência no atendimento e a satisfação dos usuários da Rede SUAS, além de promover um ambiente de trabalho seguro e produtivo para os funcionários.

**3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, LOTES E VALORES ESTIMADOS:**

3.1. Os preços de referência foram estimados com base no menor preço apresetado nas pesquisas de preços realizadas pela Central de Compras do Município de Horizonte/CE, as quais estão acostadas nos autos do processo licitatório.

3.2. Valor estimado global: **R\$ 166.894,15** (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quinze centavos).

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - 15 01**





FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO - 15 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	<b>AÇUCAREIRO:</b> com tampa e alça em inox capacidade de 300 gramas	UND	15	R\$ 122,82	R\$ 1.842,30
2.	<b>ASSADEIRA:</b> Jogo Com 3 Formas Redondas Para Bolo em Alumínio; Assadeira nº 1: 28,0 de diâmetro e 5,5 cm altura; Assadeira nº 2: 30,0 de diâmetro e 6,5 cm altura; Assadeira nº 3: 35,0 de diâmetro e 7,0 cm altura.	UND	45	R\$ 196,52	R\$ 8.843,40
3.	<b>ASSADEIRA DE ALUMINIO:</b> nº3, retangular medindo 35x24x6cm (LxCxA).	UND	30	R\$ 43,40	R\$ 1.302,00
4.	<b>ASSADEIRA DE ALUMINIO:</b> nº4, retangular medindo 39x27x6cm (LxCxA).	UND	30	R\$ 52,24	R\$ 1.567,20
5.	<b>ABRIDOR MULTIUSO:</b> abre garrafas, latas, saca rolhas, aço revestido, cabo em ABS.	UND	15	R\$ 12,28	R\$ 184,20
6.	<b>BANDEJA:</b> retangular, inox, Peso: 0.82 kg, Profundidade: 47 cm Altura:33 cm, Largura:2.20 cm.	UND	15	R\$ 73,69	R\$ 1.105,35
7.	<b>BOMBONIERE:</b> vidro trabalhado, com design elegante, com tampa, medindo: 22x20x20cm (AxLxC), transparente.	UND	30	R\$ 27,68	R\$ 830,40
8.	<b>BACIA:</b> Plástica Pequena, com capacidade 14 litros para uso de alimentos, Altura 180mm, Diâmetro 400mm. Fabricada em polipropileno, virgem, atóxicos e inodoro, paredes internas lisas e sem frisos, com aba e empilhável, espessura mínima: 2,5mm, cor: incolor, design arredondado, resistência térmica de 100o Célsius por mínimo 20 minutos, com acabamento perfeito, isenta de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização e ser passível de ser reciclado mecanicamente ao fim de sua útil. Com seis meses, no mínimo, de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação.	UND	90	R\$ 63,70	R\$ 5.733,00
9.	<b>CUZCUZEIRA:</b> tamanho 18 cm, capacidade 4 litros, polido, com saída de vapor, com alças de plástico, forma circular.	UND	15	R\$ 136,74	R\$ 2.051,10
10.	<b>CHALEIRA:</b> Alumínio com Cabo de Baquelite com capacidade para 5,3 lts.	UND	15	R\$ 108,08	R\$ 1.621,20
11.	<b>CONCHA PARA SALADA DE FRUTAS:</b> Tipo inox, utilizado também para pegar Feijão, lentilha, sopas, caldos, cremes, molhos e até mesmo ponches.	UND	15	R\$ 16,05	R\$ 240,75
12.	<b>COLHER GRANDE INDUSTRIAL:</b> de alumínio com comprimento mínimo 40 cm para servir alimentos com espessura mínima	UND	30	R\$ 106,45	R\$ 3.193,50





	1,2 mm, com gancho para pendurar de alumínio reforçado. Confeccionado totalmente em aço inox AISI 304, liga 18/10, modelo monobloco, ou seja, em uma única peça, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez, não tóxica, estável e não absorvente sob condições de uso, não deve "emprestar" odor, cor ou gosto aos alimentos e nem contribuir para a adulteração dos mesmos, com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização e construídos de forma a garantir durabilidade e resistência, com vistas à finalidade a que se destina.				
13.	<b>CALDEIRÃO INDUSTRIAL:</b> de Alumínio reforçado com acabamento fosco No 40 com volume de 45 litros, espessura do alumínio 5mm, Diâmetro: 38 cm, Altura: 30 cm. Com duas alças laterais de alumínio e com design ergonômico, tampa em alumínio, com alça e encaixe perfeitos, com acabamento perfeito, inclusive quanto aos rebites para não permitir acúmulo de resíduos e proliferação de bactérias, isenta de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização, facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez, para utilização em fogões: elétricos e a gás.	UND	15	R\$ 276,76	R\$ 4.151,40
14.	<b>CAIXA ORGANIZADORA:</b> tamanho Altura: 30,7cm x Largura: 30,5cm x Profundidade: 42,5cm, incolor, material polipropileno, garantia 12 meses contra defeitos de fabricação.	UND	75	R\$ 52,22	R\$ 3.916,50
15.	<b>DEPÓSITO PLÁSTICO:</b> Pequena fechada com capacidade 15 litros com tampa, para mantimentos/alimentos. Nas dimensões Altura 121mm, Largura 270mm, Comprimento 400mm e espessura da parede 2,0mm. Fabricação em polipropileno virgem, atóxico e inodoro, cor: Incolor, empilhável, design retangular, com tampa do mesmo material e com trava, resistência térmica a 100° Celsius por no mínimo 20 minutos, com acabamento perfeito, isentas de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização, ser passível de ser reciclado mecanicamente ao fim de sua vida útil.	UND	45	R\$ 52,18	R\$ 2.348,10



16.	<b>ESCORREDOR DE LOUÇA:</b> em plástico de alta qualidade, desmontável, com suporte para talher em plástico resistente. Modelo: 51x38x12.	UND	30	R\$ 98,69	R\$ 2.960,70
17.	<b>FACA 4'':</b> em inox para cortes de legumes, com fio liso 3" nas dimensões de 2,5mm 185mm. Confeccionada em lâmina de aço em inox e cabo em polietileno ou polipropileno, cabo com perfeita ergonomia, fabricado em aço AISI 430, lâmina fio liso, conforme descrição, fabricada em aço inox AISI 420 temperado, fabricada sem emendas aparentes para não possibilitar acúmulo de resíduos e a proliferação de bactérias, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez, não tóxica, estável e não absorvente sob condições de uso, não deve "emprestar" odor, cor ou gosto de alimentos e nem contribuir para a adulteração dos mesmos.	UND	30	R\$ 8,17	R\$ 245,10
18.	<b>FACA 8'':</b> em inox para cortes de diversos, com fio liso 8" nas dimensões de 3,0mm 330mm. Confeccionada em lâmina de aço em inox e cabo em polietileno ou polipropileno, cabo com perfeita ergonomia, fabricado em aço AISI 430, lâmina fio liso, conforme descrição, fabricada em aço inox AISI 420 temperado, fabricada sem emendas aparentes para não possibilitar acúmulo de resíduos e a proliferação de bactérias, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez, não tóxica, estável e não absorvente sob condições de uso, não deve "emprestar" odor, cor ou gosto de alimentos e nem contribuir para a adulteração dos mesmos.	UND	30	R\$ 32,73	R\$ 981,90
19.	<b>FAQUEIRO:</b> 24 peças com cabo de plástico; 6 Facas para Churrasco, 6 Garfos de Mesa, 6 Colheres de Mesa, 6 Colheres de Chá.	UND	15	R\$ 135,01	R\$ 2.025,15
20.	<b>FRIGIDEIRA:</b> de alumínio antiaderente reforçado No 28 com cabo baquelite e uma alças na outra lateral de alumínio reforçado, espessura do alumínio entre 4mm e 5mm. Com design ergonômetro, encaixe perfeitos, com acabamento perfeito, inclusive quanto aos rebites para não permitir acúmulo de resíduos e proliferação de bactérias, isenta de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização, facilmente limpável e resistente à corrosão e	UND	45	R\$ 190,60	R\$ 8.577,00



	acidez, para utilização em fogões: elétrico e a gás.				
21.	<b>GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ OU CHÁ:</b> 1,9litros, em material plástico, com alça, com capacidade 1,8 litros, ampola de plástico c/ampola de vidro, sistema á vácuo, acionamento através de bomba e base giratória. Dimensões: (Lx A x C) x 33 x 17. Com 3 meses, no mínimo, de garantia contra vícios ou defeitos de fabricação.	UND	15	R\$ 104,73	R\$ 1.570,95
22.	<b>JOGO DE TAÇAS:</b> para água/suco, Composição/Material vidro trabalhado, Capacidade (L) 300ml, Cor Transparente, Utilidade Servir Pode ser usado em Lava-louças, formato meia lua, Dimensões aproximadas da embalagem do produto - cm (AxLxP) 16x16x23cm, Peso aproximado da embalagem c/ produto - (kg) 1kg, modelo bohemia,	JOGO	30	R\$ 81,86	R\$ 2.455,80
23.	<b>KIT PARA ALIMENTAÇÃO:</b> nas dimensões mínimas aproximadas <b>prato fundo</b> - altura 30mm, espessura 2,0mm, largura aba 15mm, diâmetro boca 195mm, diâmetro base 127mm, capacidade 600ml. <b>caneca</b> - altura 85mm - espessura 2,0mm - diâmetro boca 77mm diâmetro base 58mm capacidade 300ml. <b>colher</b> - comprimento 175mm (cabo + concha), cabo: 3,5mm concha: 2,0mm, diâmetro da concha:4cm, capacidade 10ml. fabricado em polipropileno virgem, atóxico e inodoro, com abas no prato fundo, paredes internas e externas lisas, sem reentrâncias ou ressaltos, sem bordas, frisos para não possibilitar o acúmulo de resíduos, empilhável no prato, pigmentação homogênea em toda a peça, conforme normas da anvisa quanto à migração específica de metais pesados, acabamento liso brilhante, resistente à temperatura de 100o celcius, por no mínimo 20 minutos, <b>cor:</b> azul, durabilidade mínima de 2 anos, com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua vida útil. certificado pelo INMETRO.	KIT	1500	R\$ 12,26	R\$ 18.390,00
24.	<b>PANELA DE PRESSÃO:</b> em alumínio polido, fechamento externo, com dispositivo de segurança, válvula de silicone, com capacidade para 10 litros; com selo INMETRO · Garantia mínima de 01 ano.	UND	15	R\$ 211,26	R\$ 3.168,90
25.	<b>PANELA DE PRESSÃO:</b> em alumínio	UND	15	R\$ 139,20	R\$ 2.088,00



	polido, fechamento externo, com dispositivo de segurança, válvula de silicone, com capacidade para 07 litros; com selo INMETRO · Garantia mínima de 01 ano.				
26.	<b>PANELA:</b> em alumínio polido, cabos e alças em baquelite antitérmico e tampa em alumínio; Tam- nº 22, Capacidade- 2,00 Litros.	UND	30	R\$ 61,41	R\$ 1.842,30
27.	<b>PANELA:</b> em alumínio polido, cabos e alças em baquelite antitérmico e tampa em alumínio; Tam- nº 24 Capacidade- 2,500 Litros.	UND	15	R\$ 74,68	R\$ 1.120,20
28.	<b>PANELA:</b> em alumínio polido, cabos e alças em baquelite antitérmico e tampa em alumínio; Tam- nº 26 Capacidade- 3,000 Litros.	UND	15	R\$ 140,68	R\$ 2.110,20
29.	<b>PEGADOR DE ALIMENTOS:</b> (massa e salada) Industrial de alumínio com comprimento mínimo 28 cm para servir alimentos com espessura mínima 0,8mm. Confeccionado totalmente em aço inox AISI 304, LIGA 18/10, modelo monobloco, ou seja, em uma única peça, com superfície lisa (livre de microfissuras e inclusões), facilmente limpável e resistente à corrosão e acidez, não tóxica, estável e não absorvente sob condições de uso, não deve "emprestar" odor, cor ou gosto aos alimentos e nem contribuir para a adulteração dos mesmos, com acabamento perfeito, isento de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas, ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização e construídos de forma a garantir durabilidade e resistência, com vistas à finalidade a que se destina.	UND	15	R\$ 48,97	R\$ 734,55
30.	<b>PORTA BOLO:</b> plástico, redondo, material resistente, com design elegante, fácil de limpar, transparente, dimensões: Altura 17,00 Centímetros Largura 33,00 Centímetros, Profundidade 33,00 Centímetros Peso 3,70 Quilos.	UND	20	R\$ 32,59	R\$ 651,80
31.	<b>PENEIRA COADOR:</b> de plástico com tela fina de nylon ideal para coar sucos, chás, peneirar açúcar ou farinha como também para polvilhar doces. Kit pacote com 3 unidades de peneiras coador com bordas suportes para encaixar na jarra ou tigela e alça super resistente; 1 peneira com diâmetro 15 x 15 cm; 1 peneira com diâmetro 9 x 9 cm; 1 peneira com diâmetro 6,5 x 6,5 cm.	UND	20	R\$ 24,70	R\$ 494,00
32.	<b>PRATO:</b> Material cerâmica, tipo Buffet,	UND	1500	R\$ 17,99	R\$ 26.985,00



	restaurante resistente e moderno Cor: Branco, Redondo, Dimensões aproximadas da embalagem: 26 x 26 x 6 cm, Peso aproximado da embalagem: 0,5 Kg.				
33.	<b>RALADOR:</b> Grande de Cores variados em plástico. Para ralar legumes, verduras, vegetais e derivados do leite. Dimensões 0,20m x 0,14m. Fabricado em plástico, com vários formatos de cortes sem lâmina, virgem, atóxico e inodoro, com pegador, cor: verde, com acabamento perfeito, isenta de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização e ser passível de ser reciclado mecanicamente ao fim de sua útil.	UND	30	R\$ 22,76	R\$ 682,80
34.	<b>SALADEIRA PLÁSTICA:</b> com tampa Grande com capacidade 6 lts. Nas dimensões Altura 15,1cm, Diâmetro 35,2 cm, e Espessura 1,0mm. Fabricação em polipropileno virgem e inodoro, cor: Incolor, empilhável, design arredondado, acabamento fosco ou microtexturizado, com acabamento perfeito, isentas de cantos vivos ou rebarbas em suas arestas ou quaisquer outros defeitos prejudiciais à sua utilização, ser passível de ser reciclado mecanicamente ao fim de sua vida útil.	UND	30	R\$ 37,78	R\$ 1.133,40
35.	<b>SALADEIRA:</b> fabricada em vidro, 2 lts c/ tampa INCOLOR.	UND	15	R\$ 111,36	R\$ 1.670,40
36.	<b>TÁBUA PARA CARNE:</b> Tábua de madeira, Dimensões Altura: 2, Comprimento: 30 Largura: 15 com cabo, resistente.	UND	30	R\$ 44,05	R\$ 1.321,50
37.	<b>TAÇA BOCA TORTA:</b> em vidro, Dimensões: 28 cm (largura) x 28 cm (profundidade) x 23 cm (altura), Peso: 620 g.	UND	30	R\$ 78,61	R\$ 2.358,30
38.	<b>TAÇA PARA ÁGUA:</b> de vidro transparente, incolor, parede sem deformações; 11,0 cm x 7,5 cm (A x D), capacidade mínima de 250 ml	UND	1500	R\$ 6,53	R\$ 9.795,00
39.	<b>TAPIOQUEIRA E PANQUEQUEIRA:</b> em alumínio com revestimento interno de antiaderente Starflon e externo siliconado. Cabos de baquelite antitérmico, tamanho 20cm.	UND	30	R\$ 49,11	R\$ 1.473,30
40.	<b>XÍCARAS PARA CHÁ:</b> com pires, em porcelana branca, paredes lisas sem deformidades, sem pinturas, formato cilíndrico, capacidade de, aproximadamente, 100ml.	UND	750	R\$ 26,18	R\$ 19.635,00
41.	<b>XÍCARAS PARA CAFÉ:</b> com pires, confeccionados em porcelana branca, paredes	UND	750	R\$ 17,99	R\$ 13.492,50



lisas sem deformidades, sem pinturas, formato cilíndrico, capacidade de, aproximadamente, 60ml.				
---	--	--	--	--

#### 4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS:

**4.1. DAS ORDENS DE COMPRAS:** Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS por parte da unidade gestora ao licitante vencedor/contratado, que indicará os quantitativos a serem realizados, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

**4.1.1.** A ordem de compras emitida conterá os produtos pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao detentor/contratado no seu endereço físico, via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro de fornecedores ou do próprio contrato.

**4.1.2.** Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compras, o fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a sua entrega.

**4.1.3.** O aceite dos produtos pelo órgão solicitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo do edital quanto aos serviços realizados.

**4.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA** Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues no prazo máximo 10(dez) dias após o recebimento da ordem de compra emitida pela administração, no local definido na ordem de compra, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.

**4.2.1.** Para os produtos o objeto deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Horizonte/CE.

**4.2.1.1.** As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a contratante.

**4.2.2.** No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

**4.2.3.** As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestada pelo Município de Horizonte/CE.

**4.3.** Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, no edital, na ata de registro de preços e no contrato e as disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda as normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos órgãos solicitantes.





## 5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS:

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.3.1. Valor unitário do item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;
- 5.3.2. Quantidade de unidades, observada a quantidade total fixada no Termo de Referência para cada item;
- 5.3.3. Marca;
- 5.3.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as seguintes informações:
- 5.3.5.1. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;
- 5.3.5.2. Prazo de garantia do produto, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- 5.3.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.3.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive os relativos ao frete e transporte, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.3.9. Ao elaborar a proposta de preços, o licitante deverá observar as especificações e detalhamentos dos itens constantes do termo de referência. Havendo divergência entre o detalhamento do Termo de Referência e das especificações constante do sistema Comprasnet, prevalecerá às especificações presentes no Termo de Referência.

## 6. DA HABILITAÇÃO:

- 6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- e) SICAF;
- f) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- g) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- h) Cadastro de Licitantes Inidôneo – mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU – <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:11575132492740::NO:3,4,6::>
- 6.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.1.2. Constatada a existência de sanção impeditiva da participação no certame, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 6.2. Não ocorrendo inabilitação quanto às condições de participação, a Pregoeira consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e





trabalhista, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

6.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

6.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, nos termos do item 6.3, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.2.3. No mesmo prazo e da mesma forma, enquanto não constarem do SICAF informações acerca da regularidade trabalhista, deverá o licitante encaminhar prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, ou que não atendam todas as exigências de Habilitação deste edital, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica;

#### **6.4. Habilitação Jurídica:**

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

#### **6.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a Seguridade Social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- h) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- i) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- j) A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a convocação





dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação ou do item, conforme o caso;

#### 6.6. Qualificação Técnica:

a) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do assinante, comprovando aptidão da licitante para fornecimento compatível com o objeto da licitação.

a.1) Em se tratando de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá vir com firma reconhecida do assinante;

a.2) O atestado deverá ser emitido em papel timbrado que identifique a pessoa jurídica declarante, com nome e cargo do signatário;

a.3) Não será aceito atestado emitido pelo licitante em seu próprio nome, nem os que se refiram a períodos de testes, demonstrações ou utilização não comercial, e nenhum outro que não tenha se originado de contratação;

a.4) Os licitantes deverão apresentar apenas atestado necessário e suficiente para comprovação do exigido;

a.5) O atestado deverá conter as seguintes informações básicas:

1) Nome da contratada e da contratante;

2) Identificação do contrato com tipo ou natureza do objeto;

3) Declaração satisfatória da entrega do objeto.

a.6) Nos termos do § 3º do artigo 43 da Lei 8666/93, "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta", assim sendo, a Pregoeira poderá exercer a sua prerrogativa administrativa de sanar dúvidas, quanto ao atestado de capacidade técnica, e poderá solicitar no sistema, caso julgue necessário, a apresentação de nota fiscal referente ao atestado de capacidade técnica.

#### 6.7. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

a1) É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993, nos termos do acórdão nº 1201/2020 do TCU.

b) Prova de capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b1) Entende-se por "valor estimado da contratação" como o valor final vencido pelo licitante.

b2) Havendo mais de um item vencido pela mesma licitante, a comprovação a que se diz respeito na alínea "b" será realizada levando-se em consideração a totalidade dos itens vencidos. Constatado a ausência de capital social ou patrimônio líquido insuficiente quanto ao somatório, a licitante poderá optar pelos itens os quais deseja continuar como classificada. Não o fazendo, a Pregoeira procederá com esta classificação levando-se em consideração a maior pluralidade de itens e a sequência procedida;

**6.8. Declarações:** O licitante deverá atender as exigências editalícias quanto as declarações solicitadas nas condições de participação deste edital, mediante o acionamento em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação.

6.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, quando não integrantes do sistema do SICAF, deverão ser apresentados pelos licitantes exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico, até a data da abertura do certame.

6.10. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.



- 6.10.1. A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da Administração quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 6.10.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.
- 6.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 6.13. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 6.14. Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, em caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.16. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 6.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 7. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

- 7.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamento de pessoal e material, custos e demais despesas que possam incidir direta ou indiretamente sobre a execução do(s) objeto(s) licitado(s), inclusive a margem de lucro.
- 7.2. PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da execução dos serviços e produtos fornecidos licitados, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa/fiscal do contrato, acompanhadas das Certidões Federal (abrangendo as contribuições sociais), Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.
- 7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.
- 7.3. REAJUSTE: Os valores constantes da Ata de Registro de Preços são irrevogáveis.
- 7.4. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

## 8. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 8.1. A ata de registro de preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.





## 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes dos futuros contratos correrão à conta dos recursos respectivos, nas dotações orçamentárias da **SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** e do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

## 10. FISCAL DO CONTRATO:

10.1. A Fiscalização dos Contratos será exercida pelo servidor **Gilberlandio José Honório Alves**, especialmente designado pela Ordenadora de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, termo de referência, contrato e proposta, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Nº. 10.520/02.

11.2. A CONTRATADA obriga-se a:

11.2.1. Assinar e devolver a ordem de compra ao órgão solicitante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

11.2.2. Entregar os produtos contratados a ser prestado no prazo determinado no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no contrato, no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto, que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Nº. 8.666/93;

d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos solicitantes, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

11.2.3. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

11.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exercer a fiscalização da execução do trabalho;

b) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos.

c) Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

d) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

## 12. DAS SANÇÕES:

12.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar a ata de registro de preços ou termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução dos serviços, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido





de licitar e contratar com o Município de Horizonte/CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Horizonte/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor detentor da ata de registro de preços ou da contratação no caso de:

- a) Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou termo de contrato quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na entrega;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias;

12.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei N.º 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei N.º 10.520/02, as seguintes penas:

a) Advertência;

b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da ordem de compra, ou do valor global máximo da ata ou contrato, conforme o caso;

12.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.3.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.3.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4. Constituem motivos para rescisão do contrato:

12.4.1- o descumprimento das condições contratuais ou o seu cumprimento de forma irregular;

12.4.2- a não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.4.3- a não aceitação da redução do preço ofertado, quando se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.4.4- razões de interesse público; e

12.4.5- quaisquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

12.5. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Horizonte/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Horizonte/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.5.2- Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído,





pela Pregoeira à Unidade gestora do Município para apuração.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

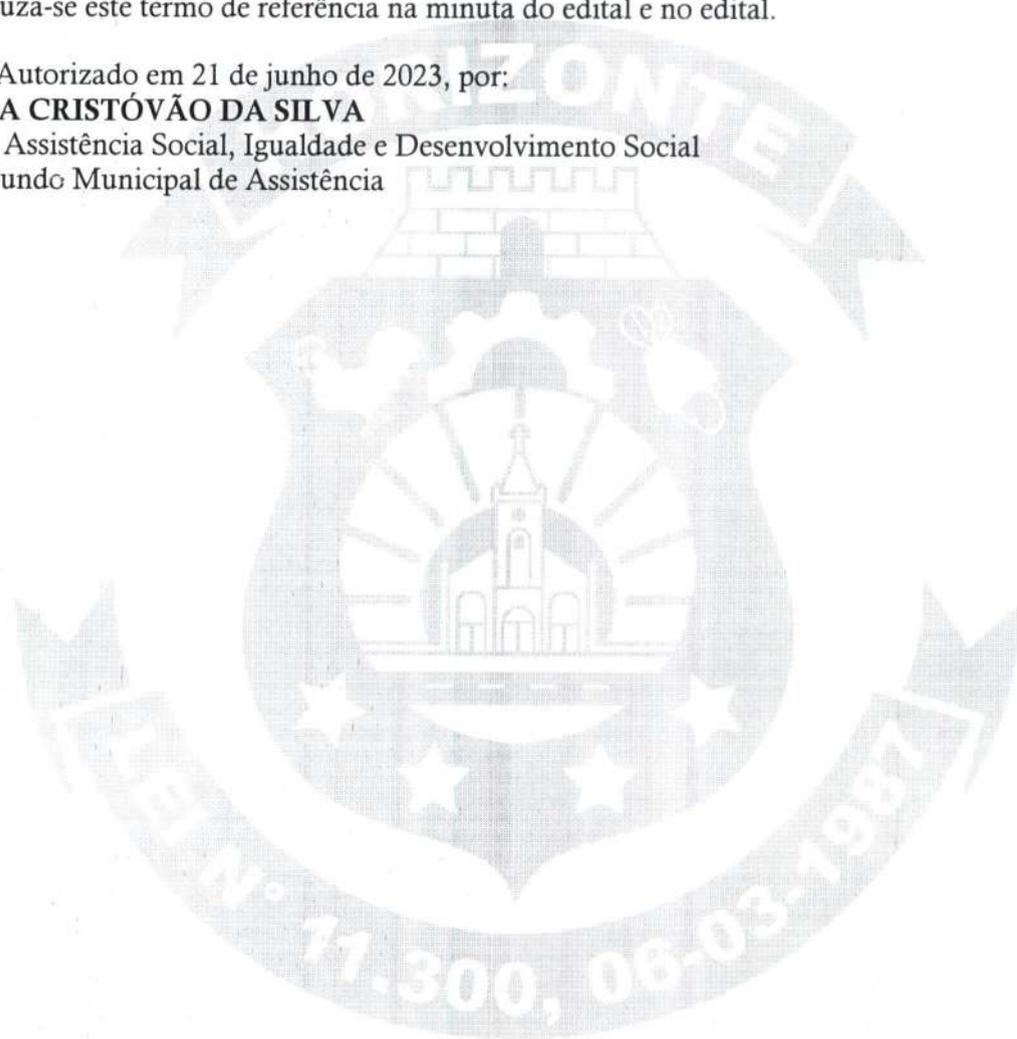
13.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preços, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei N°. 10.520/02.

13.2. Reproduza-se este termo de referência na minuta do edital e no edital.

Elaborado e Autorizado em 21 de junho de 2023, por:

**ANA PAULA CRISTÓVÃO DA SILVA**

Secretária de Assistência Social, Igualdade e Desenvolvimento Social  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência



*[Handwritten signature]*

